



TERMO DE CONVÊNIO N.º 04/2025

**CONVÊNIO N.º 04/2025 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ POR MEIO
DA SECRETARIA DE ESTADO DE
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP E
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM POR
MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ZELADORIA E CONSERVAÇÃO URBANA –
SEZEL.**

O Estado do Pará por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP**, Órgão da Administração Direta, com sede na Avenida João Paulo II, N.º 602, Bairro Marco, CEP: 66.095-492 – Belém/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.929.042/0001-25, doravante designada **CONVENIENTE**, neste ato, representado por seu Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Sr. **MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 13827 PM/PA e CPF n.º 462.525.762-04, residente e domiciliado nesta cidade de Belém, Estado do Pará e de outro lado a Prefeitura Municipal de Belém, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E CONSERVAÇÃO URBANA – SEZEL**, Órgão Público do Poder Executivo Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.789.822/0001-54, com sede administrativa na Avenida Almirante Barroso, n.º 3110, bairro Marco, CEP 66.630-505, Belém-PA, doravante designada **CONCEDENTE**, neste ato, representada por seu Secretário, Sr. **CLEIDSON FERREIRA CHAVES**, portador do CPF n.º 025.875.672-11 e do RG n.º 6967114 SSP/PA, **RESOLVEM** de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente **CONVÊNIO**, regido pelas disposições contidas na Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, na Lei de Execução Penal n.º 7.210/84, na Lei Ordinária Estadual n.º 9.078/20, na Lei n.º 10.406/2002, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil Brasileiro, e nas Resoluções do TCE/PA: n.º 18.784/2016, n.º 19.455/2022 e n.º 19.472/2022, sujeitando-se às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objeto a concessão de mão de obra carcerária de **40 (quarenta)** pessoas privadas de liberdades, custodiadas no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em cumprimento de regime fechado, semiaberto e aberto, sem prejuízo da progressão de regime, para exercerem atividades laborativas remuneradas na produção de blocos de concretos sextavados, os quais serão distribuídos e destinados pela



Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana - SEZEL no município de Belém, conforme descrito plano de trabalho acordado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

2.1- COMPETE À SEAP:

- 01.** Selecionar as PPL's que desenvolverão as atividades de acordo com o Plano de Trabalho e com a solicitação da CONCEDENTE;
- 02.** Zelar pelo bom desempenho do objeto deste instrumento;
- 03.** Cumprir e fazer cumprir as obrigações assumidas no presente Convênio;
- 04.** Efetuar pagamento mensal às pessoas privadas de liberdade que integram este Convênio, com os recursos repassados pela Concedente, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho e documentações pertinentes (fatura atestada pelo fiscal do convênio, certidões e folha de frequência);
- 05.** Controlar, conjuntamente com a Concedente, o comparecimento das pessoas privadas de liberdade ao trabalho, através da folha de frequência mensal, que subsidiará a elaboração de folha de pagamento, com jornada máxima de 08 (oito) horas diárias, totalizando carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;
- 06.** Orientar e acompanhar as pessoas privadas de liberdade, assegurando os seguintes itens:
 - a)** Cumprimento do horário de execução das atividades (Entrada/Saída), conforme o pactuado no Plano de Trabalho;
 - b)** Obrigatoriedade do uso de uniforme e Equipamento de Proteção Individual (EPI) e a devolução no caso de desligamento;
 - c)** Proibição do uso de celular no horário determinado como expediente;
 - d)** Proibição do afastamento do local de trabalho sem prévia autorização da Concedente e da Conveniente;
 - e)** Proibição de visitas específicas a qualquer PPL no local de trabalho durante o expediente;
- 07.** Substituir, quando necessário, as pessoas privadas de liberdade que não corresponderem à execução do Projeto de forma desejada;
- 08.** Administrar os recursos financeiros correspondentes ao pagamento de mão de obra carcerária garantindo o desenvolvimento das atividades da Concedente;
- 09.** Encaminhar, ao Juízo das Execuções Criminais, a relação nominal e cópia do registro das pessoas privadas de liberdade contempladas e dos dias trabalhados, sempre que demandado;
- 10.** Comunicar à Concedente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, as saídas temporárias, atendimentos jurídicos e de assistência social, realização de provas, licenças e quaisquer outras questões que ensejem o não comparecimento das PPL's ao local de trabalho ou que as impeçam de cumprirem a jornada de trabalho;
- 11.** Suspender a execução das atividades deste Convênio a qualquer momento, sem aviso prévio, por período necessário, no caso de rebeliões ou crises na Unidade Penitenciária, a fim de garantir a segurança dos colaboradores envolvidos no Projeto;



12. Desligar imediatamente do projeto, a PPL cuja participação na desordem ao estabelecimento prisional for confirmada, incapacitando-a de participar de qualquer atividade externa à casa penal;
13. Assegurar a remição de pena da PPL, em razão de acidente de trabalho, nos termos do Art. 126, §4º da Lei de Execução Penal;
14. Informar, por meio da Gerência de Comercialização (gcom@seap.pa.gov.br), quando houver necessidade de substituição no decorrer do mês, às PPL's substitutas e substituídas que elas farão jus ao recebimento da remuneração correspondente aos dias trabalhados, a qual a Concedente repassará à SEAP até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente, segundo o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei 9.078/20. Quando a solicitação de substituição ocorrer antes do término do mês, efetivar a troca de PPL somente no mês seguinte com vistas a evitar a duplicidade no pagamento da contribuição previdenciária;
15. Fornecer os uniformes às pessoas privadas de liberdade que atuarão neste Convênio, nos padrões atuais da SEAP, quando a Concedente não fornecer;
16. Designar, por meio de portaria, nos termos do Decreto Estadual nº 3.302, de 29 de agosto de 2023, o seu representante legal (fiscal do Convênio) para acompanhar, assessorar, supervisionar e avaliar a perfeita execução do objeto do presente instrumento;
17. Encaminhar todas as demandas à Concedente através do e-mail institucional, ficando vedada a solicitação de procedimentos, documentos, e outros, exclusivamente por Whatsapp e telefone. Em casos emergenciais, fora do horário de expediente, a comunicação poderá ser feita via Whatsapp e, tão logo seja possível, deverá ser reiterada via e-mail institucional.
18. Assegurar a alimentação às pessoas privadas de liberdade que desenvolverão as atividades do objeto deste Convênio.

2.2- COMPETE À SEZEL:

01. Zelar pelo bom desempenho do objeto deste instrumento;
02. Cumprir e fazer cumprir as obrigações assumidas no presente Convênio;
03. Proceder às devidas orientações e treinamentos pertinentes à execução das atividades laborais, assim como o fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPI), matéria-prima e equipamentos de serviço;
04. Fornecer a Conveniente os insumos necessários à execução dos serviços somente quando houver necessidade, conforme critério da CONCEDENTE;
05. Realizar o pagamento dos valores necessários à execução dos serviços, não mensalmente, mas somente quando houver necessidade, conforme critério da CONCEDENTE;
06. Definir, posteriormente, o local para a instalação dos bloquetes (blocos) de acordo com a demanda e programação estabelecida pela CONVENIENTE, podendo variar conforme as necessidades do serviço e a conveniência administrativa, sem que tal alteração gere ônus adicional para a CONCEDENTE;



- 07.** Controlar, conjuntamente com a URSS, o comparecimento das PPL's ao trabalho, através da folha de frequência mensal, que subsidiará a elaboração de folha de pagamento, com jornada máxima de 08 (oito) horas diárias, totalizando carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;
- 08.** Repassar à SEAP os recursos previstos no presente instrumento, correspondentes ao salário mínimo vigente, o qual será ajustado anualmente pelo Governo Federal, acrescido da Contribuição Previdenciária (INSS), para fins de pagamento às pessoas privadas de liberdade, pelos serviços prestados, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente a sua execução, conforme disposto no Plano de Trabalho em anexo, nos termos da Lei nº 9.078, de 16 de junho de 2020;
- 09.** Antecipar à SEAP os recursos correspondentes ao mês de dezembro, os quais deverão ser repassados conjuntamente com o montante de novembro, até o 3º (terceiro) dia útil do mês de dezembro, por ocasião do encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, o qual determina datas limites para a consolidação de operações, visando impedir bloqueio e inclusão em DEA (Despesas do Exercício Anterior), a fim de evitar prejuízo às PPL'S com o atraso excessivo das remunerações, além de multa por atraso no recolhimento da contribuição previdenciária. Caso o repasse referente ao mês de dezembro não seja antecipado, poderá ocorrer a suspensão da execução do objeto do Convênio no mês de dezembro, retornando às atividades normais em janeiro;
- 10.** Encaminhar as folhas de frequência das pessoas privadas de liberdade em tempo hábil para o e-mail da Gerência de Comercialização – GCOM (gcom@seap.pa.gov.br), com cópia para a Gerência de Pecúnia – GEPEC (gpec@seap.pa.gov.br), com o atesto do fiscal, até o 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte à execução do trabalho;
- 11.** Fornecer os materiais de trabalho necessários ao desempenho de todas as atividades contempladas na execução do trabalho;
- 12.** Assegurar as condições de salubridade no ambiente de trabalho;
- 13.** Assegurar formação técnica às pessoas privadas de liberdade, caso seja necessário, para a devida execução do trabalho;
- 14.** Comunicar formalmente à Gerência de Comercialização – GCOM a ocorrência de quaisquer fatos relevantes que prejudiquem a execução do presente Convênio, por meio do e-mail: gcom@seap.pa.gov.br;
- 15.** Garantir a remuneração e contribuição previdenciária da PPL impossibilitada, desde que apresentada prévia justificativa. São motivos justificados:
- a)** A ausência, devidamente justificada, a critério da Conveniente;
 - b)** A paralisação do serviço nos dias em que, por conveniência da Concedente, não tenha havido trabalho;
 - c)** A ausência ao serviço por ocasião de acidente de trabalho;
 - d)** A doença devidamente comprovada.
- 16.** Estar ciente de que, em caso da necessidade de desligamento no decorrer do mês, a inclusão de nova PPL só poderá ocorrer no mês seguinte ao do desligamento, para fins de evitar duplicidade no pagamento da



alíquota relativa à contribuição previdenciária, ficando ciente a PPL desligada, que receberá remuneração proporcional aos dias trabalhados.

17. Designar o seu representante legal, o qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento;

18. Encaminhar todas as demandas à Conveniente através do e-mail institucional, ficando vedada a solicitação de procedimentos, documentos, e outros, exclusivamente por Whatsapp e telefone. Em casos emergenciais, fora do horário de expediente, a comunicação poderá ser feita via Whatsapp e, tão logo seja possível, deverá ser reiterada pelo e-mail institucional.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA MÃO DE OBRA:

3.1- A remuneração das pessoas privadas de liberdade será composta de salário mínimo vigente acrescido da Contribuição Previdenciária (INSS) de 11%, obedecendo aos parâmetros legais estabelecidos na Lei 9.078/20, conforme estabelecido abaixo:

- a) 50% (cinquenta por cento) para assistência à família e pequenas despesas pessoais da pessoa privada de liberdade, cujo valor deverá ser depositado em conta corrente;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) para constituição do pecúlio, cujo valor deverá ser depositado em Caderneta de Poupança e,
- c) 25% (vinte e cinco por cento) para ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção da pessoa privada de liberdade, cujo valor será destinado ao Fundo de Trabalho Penitenciário.

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DE VALORES:

4.1- Os recursos a serem repassados pela Concedente, devidamente descritos no Plano de Trabalho para o cumprimento do objeto, estimam a quantia de **R\$ 808.790,40 (oitocentos e oito mil setecentos e noventa reais e quarenta centavos)**, a serem repassados mensalmente na quantia de **R\$ 67.399,20 (sessenta e sete mil trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos)**, a qual ficará assegurada pela seguinte Funcional Programática:

Programa de trabalho: 97.101.1.03.421.1500.8228

Natureza de despesa: 339036/ 339047/339093

Fonte: 01.799.0000.62;

Plano Interno: 1030008228C.

4.2- Os recursos serão transferidos para conta bancária específica da Concedente (a ser posteriormente indicada), aberta exclusivamente para a execução do objeto proposto e acompanharão o valor vigente do salário mínimo e da contribuição previdenciária, os quais serão atualizados anualmente, de acordo com Decreto Federal, por meio de apostilamento ou termo aditivo, sempre que se fizer necessário.

CLÁUSULA QUINTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS:



5.1- A Concedente compromete-se a repassar à SEAP o valor avençado de acordo com a Cláusula Quarta deste instrumento, apenas nos meses que forem solicitados, em conformidade com o previsto no Plano de Trabalho;

5.2- A Concedente estará obrigada a fazer o repasse avençado pelo Plano de Trabalho, considerando o Valor Global estimado em **R\$ 808.790,40 (oitocentos e oito mil setecentos e noventa reais e quarenta centavos)**, sendo o repasse mensal no valor estimado de **R\$ 67.399,20 (sessenta e sete mil trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos)**.

5.3- O repasse dos recursos será feito até o 3º dia útil do mês subsequente, mediante conta bancária específica a ser posteriormente indicada;

5.4- Os referidos recursos deverão ser empregados apenas nas despesas previstas no Plano de Trabalho;

5.5- Não ocorrendo à execução em até 30 (trinta) dias, os recursos deverão ser aplicados em caderneta de poupança;

5.6- O pagamento do valor mensal pactuado somente será devido nos meses em que houver o efetivo fornecimento dos insumos. Nos meses em que não ocorrer a entrega, não haverá qualquer obrigação de pagamento a esse título.

5.7- Os rendimentos auferidos serão obrigatoriamente computados a crédito do Convênio e aplicados exclusivamente na sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas;

5.8- Os eventuais saldos constantes do Convênio nº 04/2025 serão depositados em conta corrente do **Banpará** posteriormente indicada pela Concedente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

6.1- O atraso injustificado no repasse dos recursos sujeitará à Concedente a multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do repasse mensal, para cada dia de atraso, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, consoante os dispostos nos arts. 156 e 184, § 3º da Lei Federal nº 14.133/21;

6.2- A multa de que trata o item 6.1 não impedirá a aplicação de outras sanções;

6.3- Pela inexecução total ou parcial do objeto da permissão, ultrapassado o prazo estabelecido no item 6.1, a Conveniente poderá aplicar à Concedente as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente: a) Advertência; b) Multa, meramente moratória ou multa penalidade de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Convênio;

6.4- As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão administrativa que as tenha aplicado, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente;

6.5- As Multas de mora serão aplicadas conforme a previsão no Art. 162 da Lei nº 14.133/2021;

6.6- O valor da multa será fixado em Real (R\$) na data de sua aplicação e será corrigido pelo IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado) na data da liquidação;



- 6.7-** As penalidades previstas nesta cláusula poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da autoridade competente, se entender como justos os argumentos apresentados pela Concedente;
- 6.8-** Quaisquer valores monetários oriundos de inexecução total ou parcial do objeto poderão ser protestados juntos às Serventias Extrajudiciais de Protesto de Títulos, acrescidos de 20% (vinte por cento) de honorários advocatícios, incidentes sobre o total da dívida, valor este que será demonstrado pelo mero cálculo aritmético quando da apresentação do título a protesto. A Concedente, quando da assinatura do presente instrumento, declara ser a dívida oriunda do inadimplemento parcial ou total do objeto do certame, líquida, certa e exigível.
- 6.9-** O não cumprimento do item 2.2 – **06** poderá implicar em multa progressiva no recolhimento da contribuição previdenciária das pessoas privadas de liberdade, ficando a **Concedente** responsável pelo pagamento da mesma, conforme o disposto no art. 61 da Lei 9.430/96.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

7.1- O presente instrumento vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, compreendendo o período de **08/09/2025** a **08/09/2026**, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, se assim acordarem as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO:

- 8.1-** O acompanhamento da execução deste Convênio será realizado pelos servidores da SEAP e da SEZEL, indicados especificamente para este fim, nomeados através de portaria, os quais têm por atribuições previstas na Lei nº 14.133/2021, além do dever de acompanhar, fiscalizar e apresentar relatório quando solicitado, sobre a execução do Convênio, observando se as partes signatárias estão cumprindo regularmente com as obrigações pactuadas.
- 8.2-** Os fiscais do presente instrumento devem apresentar à Gerência de Comercialização, relatório semestral da execução do Convênio, além de realizar visitas periódicas aos locais onde forem desenvolvidas as atividades pactuadas;
- 8.3-** Para fins de prorrogação da vigência do instrumento devem apresentar relatório, abordando, dentre outros aspectos, o cumprimento das cláusulas do Convênio, a regularidade da execução do objeto, dos repasses dos recursos, dos pagamentos às pessoas privadas de liberdade e das contribuições previdenciárias, junto com as Certidões (TST, FGTS, SEFA, SEFIN, RFB) e documentações atualizadas da Concedente.
- 8.4-** Ao final do Convênio deverão apresentar Relatório de Cumprimento e Término do Objeto, o qual comprovará a realização do instrumento e, se for o caso, apontará eventuais inexecuções e irregularidades cometidas no curso do mesmo.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO:

- 9.1-** Quaisquer das partes poderão, a qualquer tempo, denunciar o presente Convênio, devendo notificar o partícipe com no mínimo 30 (trinta) dias úteis de antecedência, ficando responsáveis somente pelas obrigações



e auferirão as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admitida cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora aos denunciante.

9.2- A rescisão se dará pela falta de qualquer uma das partes por:

- a) Inadimplemento de qualquer uma das cláusulas;
- b) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- c) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
- d) Danos ao erário, exceto se houver devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da apuração, por procedimentos administrativos próprios, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

9.3- O Convênio poderá ser extinto, na hipótese de não serem cumpridas as condições suspensivas nos prazos estabelecidos no instrumento, desde que não tenha ocorrido repasse de recursos pela Concedente.

9.4- Nos casos de denúncia ou de rescisão do Convênio, o Conveniente deverá:

- a) Devolver os saldos remanescentes no prazo de 20 (vinte) dias úteis, inclusive aqueles provenientes de rendimentos de aplicações no mercado financeiro e,
- b) Apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Os prazos previstos nos itens a e b desta cláusula serão contados a partir da data de publicação do ato de denúncia ou de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES:

10.1- Sempre que se fizer necessário, os partícipes, de comum acordo, poderão alterar o presente instrumento, por meio de Termo Aditivo e/ou Apostilamento, exceto com relação ao seu objeto, em conformidade com o disposto no art. 126, da Lei nº 14.133/2021.

10.2- As alterações ao Convênio serão formalizadas mediante proposta de qualquer das partes e deverão ser apresentadas, no mínimo 30 (trinta) dias úteis antes do término de sua vigência;

10.3- Excepcionalmente, poderão ser solicitadas alterações em prazo inferior ao previsto no item 10.2, desde que sejam motivadas e em benefício da execução do objeto;

10.4- As atualizações referentes ao salário mínimo e contribuição previdenciária serão realizadas através de apostilamento, anualmente, de acordo com Decreto Federal.

10.5- A alteração do Convênio dependerá de prévia aprovação de Plano de Trabalho readequado e, ainda, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas parcial, observada, sempre, a compatibilidade com o objeto do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

11.1- A SEAP deverá apresentar prestação de contas junto à Concedente, a qual deverá ser instruída com as seguintes peças técnicas e contábeis:



- a) Relatório de cumprimento do objeto;
- b) Cópia do Termo de Convênio e seus aditivos/apostilamentos;
- c) Cópia da publicação no DOE do Convênio e seus termos aditivos/apostilamentos;
- d) Demonstrativo de execução de Receita e Despesa, evidenciando o saldo e, quando for o caso, os rendimentos auferidos na aplicação no mercado financeiro;
- e) Relação de pagamentos efetuados com os recursos repassados pela Concedente;
- f) Conciliação bancária;
- g) Extrato da conta corrente, específica, vinculada ao contrato;
- h) Balancete financeiro;
- i) Documento comprobatório das despesas, em original.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS:

12.1- A SEAP compromete-se a restituir o valor transferido pela Concedente, atualizado, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Omissão do dever de apresentar prestação de contas no prazo e forma exigidos;
- c) Utilização de recursos em finalidades diversas da estabelecida nos termos deste instrumento;
- d) Irregularidades que por ventura resultem em prejuízo ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

13.1- O presente instrumento deverá ser publicado pela SEAP, na Imprensa Oficial do Estado, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura, nos termos do art. 28, §5º da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- Fica o eleito o foro da comarca de Belém-PA, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir dúvidas ou litígios que porventura surjam na vigência deste Contrato.

14.2- E, por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que sejam produzidos os efeitos legais e pretendidos, assinado na presença de 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem para um só efeito legal.

Belém/PA, na data da assinatura.

MARCO ANTONIO
SIROTHEAU CORREA
RODRIGUES:46252576
204

Assinado de forma digital por
MARCO ANTONIO SIROTHEAU
CORREA
RODRIGUES:46252576204
Dados: 2025.09.04 16:47:45 -03'00'

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios – DLCC
Coordenadoria de Convênios – CCONV



CLEIDSON
FERREIRA
CHAVES:02587567211
67211

Assinado de forma
digital por CLEIDSON
FERREIRA
CHAVES:02587567211
Dados: 2025.09.04
15:33:02 -03'00'

CLEIDSON FERREIRA CHAVES

Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana – SEZEL

TESTEMUNHAS:

1ª 2º

CPF nº

CPF nº



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DIRETORIA DE REINserÇÃO SOCIAL - DRS
COORDENADORIA DE TRABALHO E PRODUÇÃO – CTP
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO - GCOM



PLANO DE TRABALHO – TERMO DE CONVÊNIO

Modalidade: Convênio Nº 04/2025

Objeto do Convênio: O presente Termo de Convênio tem por objeto a concessão de mão de obra carcerária de **40** (quarenta) pessoas privadas de liberdades (**PPL's**), sendo 40 (quarenta) homens, custodiados no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, cumprindo pena em regime fechado, semiaberto e aberto, sem prejuízo da progressão de regime do custodiado, por meio da execução de atividades laborativas – **Produção de Blocos de Concretos Sextavados, os quais serão distribuídos e destinados pela Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana - SEZEL** no município de Belém, no Estado do Pará. Conforme descrito nesse plano de trabalho.

Período de Vigência Geral: 08/09/2025 a 08/09/2026.

Período de Execução: 08/09/2025 a 08/09/2026.

1 – DADOS DA CONVENIENTE:

| | | | |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|-------------------|----------------------------------------------------------------|
| SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA | | | CNPJ: 05.929.042/0001-25 |
| Endereço: AV. JOÃO PAULO II, Nº 602, BAIRRO DO MARCO, | | | |
| Cidade: BELÉM | Estado (UF): PARÁ | CEP: 66095-492 | DDD/Telefone: (91) 3251-3036 |
| Conta Corrente do Convênio: XXX | Banco: (037) BANPARÁ | Agência: XXX | Praça de Pagamento: BELÉM |
| Nome do Responsável: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES | | | CPF: 462.525.762-04 |
| CI/Órgão: 13.827 PM/PA | Cargo: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA | | Função: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA |
| E-mail: gcom@seap.pa.gov.br | | | |

2 – DADOS DA CONCEDENTE:

| | | | |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------------------------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E CONSERVAÇÃO URBANA – SEZEL | | | CNPJ: 04.789.822/0001-54 |
| Endereço: AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 3110 - MARCO | | | |
| Cidade: BELÉM | Estado (UF): PARÁ | CEP: 66.610-830 | DDD/Telefone: (91) 3261-9142 |
| Nome do Responsável: GLEIDSON FERREIRA CHAVES | | | CPF: 025.875.672-11 |
| CI/Órgão: 4650720 | Cargo: SECRETÁRIAMUNICIPAL DE ZELADORIA E CONSERVAÇÃO URBANA | | Função: SECRETÁRIAMUNICIPAL DE ZELADORIA E CONSERVAÇÃO URBANA |
| E-MAIL: oficiosesan@gmail.com | | | |



3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO:

| 3.1 - <u>Título do Projeto:</u> | PERÍODO DE EXECUÇÃO | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|------------|
| | 08/09/2025 | 08/09/2026 |
| "Fábrica de Blocos" | | |
| 3.2 - <u>Identificação do Objeto:</u> <p>A parceria em destaque tem como objetivo permitir a recuperação e reintegração social das pessoas privadas de liberdade (PPL's) através da criação de oportunidades de trabalho mediante parceria com empresas privadas e entes públicos.</p> <p>Neste viés, a Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana - SEZEL, manifestou interesse em celebrar convênio com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, através do Ofício nº 717/2025 – GAB/SEZEL, com o intuito de alocar mão de obra carcerária de 40 (quarenta) pessoas privadas de liberdades, sendo 40 (quarenta) homens, custodiados no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em regime de cumprimento de pena fechado, semiaberto ou aberto, sem prejuízo da progressão de regime dos custodiados envolvidos na fabricação blocos sextavados conforme anexo II, os quais serão distribuídos e destinados para a Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana, nos quais serão utilizados em ruas e vias no município de Belém. Conforme descrito no plano de trabalho, os insumos serão fornecidos pela SEZEL, conforme proposta em anexo.</p> | | |
| 3.3 - <u>Justificativa do Objeto:</u> <p>A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, buscando a reeducação e reinserção social dos internos, assim como prevê a Lei nº 7.210, 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – LEP, por meio de atividades remuneradas com o objetivo de diminuir a ociosidade, proporcionando formação e experiência profissional ao interno, a fim de readaptá-lo à convivência em sociedade, em conformidade da Lei nº 9.078, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a execução de projetos para exercício das atividades laborais e remuneradas pelos PPLs, e institui o Fundo de Trabalho Penitenciário – FTP, assim como em atenção da aplicação do Decreto do Estado do Pará nº 3.302, de 29 de agosto de 2023, que regulamenta as transferências de recursos do Estado do Pará mediante CONVÊNIOS, e, em linhas gerais, o que dispõe a nova Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</p> <p>Neste passo, a instituição Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana - SEZEL, abraçando a questão da reintegração social a que se propõe a SEAP, desenvolve o Projeto, "XXXXX" que tem como finalidade primordial absorver mão de obra carcerária para desenvolver atividades laborativas na Produção unidades de Blocos Sextavado, os quais serão produzidos pelos PPL's (pessoas privadas de liberdade) custodiadas na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP – na URRS - UNIDADE DE REINserÇÃO DE REGIME SEMI ABERTO DE SANTA IZABEL os quais serão destinadas para a Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana – SEZEL.</p> <p>Objetivando criar condições para reinserção dos beneficiários do Projeto em referência, possibilitando, além da remuneração pelo trabalho, a remição das penas, conforme previsto na Lei de Execução Penal - LEP.</p> <p>Por fim, associando os objetivos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP e Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana - SEZEL é que se defende a</p> | | |



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DIRETORIA DE REINserÇÃO SOCIAL - DRS
COORDENADORIA DE TRABALHO E PRODUÇÃO – CTP
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO - GCOM



celebração do convênio, **os insumos para a fabricação dos Blocos serão disponibilizados pela parceira SEZEL, conforme proposta em anexo.**

4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

| META | ETAPAS | ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA | INDICADOR FÍSICO | | DURAÇÃO |
|------|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-------------------|-------------------------------|
| 01 | 01 | Remuneração dos internos: Salário Mínimo vigente: R\$ 1.518,00 + Contribuição Previdenciária (INSS) de 11% - R\$ 166,98 = R\$ 1.684,98. | PPL's | 40 (cinquenta) | 08/09/2025 A 08/09/2026 |
| | | | | | |

- **AS PPL'S (Pessoas Privadas de Liberdade) executarão suas atividades na URRS - UNIDADE DE REINserÇÃO DE REGIME SEMIABERTO DE SANTA IZABEL.**

5 – PLANO DE APLICAÇÃO: VALORES ESTIMADOS:

| NATUREZA DE DESPESA – ETAPAS 01 A 02 | CONCEDENTE | CONVENIENTE | TOTAL |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO – MÃO DE OBRA + INSS + BENEFÍCIOS | | | |
| REMUNERAÇÃO DOS INTERNOS HOMENS Salário Mínimo vigente: R\$ 1.518,00 R\$ 1.518,00 X 40 PPL's X 12 meses. (ANEXO 01) / 12 MESES | R\$ 728.640,00 | R\$ 0.00 | R\$ 728.640,00 |
| CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A 11% (INSS) HOMENS Contribuição Previdenciária a 11% (INSS): R\$ 166,98 R\$ 1.518,00 X 11% (INSS) = R\$ 166,98 X 40 PPLs X 12 meses. (ANEXO 01) / 12 MESES | R\$ 80.150,40 | R\$ 0.00 | R\$ 80.150,40 |
| TOTAL GLOBAL | R\$ 808.790,40 | R\$ 0.00 | R\$ 808.790,40 |



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DIRETORIA DE REINserÇÃO SOCIAL - DRS
COORDENADORIA DE TRABALHO E PRODUÇÃO – CTP
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO - GCOM



6 – CRONOGRAMA DE ATENDIMENTO:

6.1) - CONCEDENTE: VALORES ESTIMADOS

PERÍODO / ANO: 08/09/2025 A 08/09/2026

| ETAPA 01 | 1ª PARC. | 2ª PARC. | 3ª PARC. | 4ª PARC. | 5ª PARC. | 6ª PARC. |
|-----------------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Remuneração de mão de obra + INSS 40 (PPL's) | R\$ 67.399,20 | R\$ 67.399,20 | R\$ 67.399,20 | R\$ 67.399,20 | R\$ 67.399,20 | R\$ 67.399,20 |
| | 7ª PARC. | 8ª PARC. | 9ª PARC. | 10ª PARC. | 11ª PARC. | 12ª PARC. |
| | R\$ 67.399,20 | R\$ 67.399,20 | R\$ 67.399,20 | R\$ 67.399,20 | R\$ 67.399,20 | R\$ 67.399,20 |

Estimativa de Produção de Blocos Sextavados-Diário/Mensal/Anual

| PREVISÃO PARA A PRODUÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO 250X250X100 - BLOCOS SEXTAVADOS | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| PRODUÇÃO/ DIÁRIA | PRODUÇÃO/ MÊS | PRODUÇÃO/ ANUAL |
| 6.600 - BLOCOS | 171.600 - BLOCOS | 2.059.200,00 - BLOCOS |
| Referência 6 betoneiras | Referência - 26 dias | Referência 12 meses |

| Destinação da Remuneração Mensal por Reeducando (PPL) Lei Nº 9.078, de 16 de junho de 2020. | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| VALOR UNITÁRIO + INSS: R\$ 1.684,98 | |
| 11%: R\$ 166,98 | Contribuição previdenciária conforme Portaria do Ministério da Economia n.º 3.659, de 10 de fevereiro de 2020. |
| SALÁRIO MINIMO VIGENTE: R\$ 1.518,00 | |
| 50%: R\$ 759,00 | Referente ao Salário que pode ser destinado ao custodiado ou familiar cadastrado |
| 25%: R\$ 379,50 | Referente ao Pecúlio , depositado em caderneta de poupança |
| 25%: R\$ 379,50 | Referente a valor destinado ao Estado para Fundo de Trabalho Penitenciário |



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DIRETORIA DE REINserÇÃO SOCIAL - DRS
COORDENADORIA DE TRABALHO E PRODUÇÃO – CTP
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO - GCOM



7 – APROVAÇÃO DA CONCEDENTE:

Na qualidade de representante legal da **Concedente**, declaro, para os devidos fins de direito e de prova, junto à **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP**, sob os efeitos e sob as penas de lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública do Estado, que impeça a transferência de recursos na forma deste Plano de Trabalho.

Termos em que
Pede Deferimento.
Belém/PA, ____ de _____ de 2025.

Assinado de forma digital por CLEIDSON FERREIRA
CLEIDSON FERREIRA
CHAVES:02587567211 CHAVES:02587567211
Dados: 2025.09.04 15:31:40 -03'00'

CLEIDSON FERREIRA CHAVES
Secretária Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana

8 – APROVAÇÃO DO CONVENIENTE:

Aprovado.

Belém/PA, ____ de _____ de 2025.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA
RODRIGUES:46252576204
04

Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA
CORREA RODRIGUES:46252576204
Dados: 2025.09.04 16:47:04 -03'00'

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES
Secretário de Estado de Administração Penitenciária - SEAP



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DIRETORIA DE REINserÇÃO SOCIAL - DRS
COORDENADORIA DE TRABALHO E PRODUÇÃO - CTP



ANEXO – 01

| PLANILHA DE REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL – ETAPA 01 A 06 | | | | | | | |
|----------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| Fundamento: Art. 28, §2º c/c Art. 33 da LEP | | | | | | | |
| ATIVIDADE LABORATIVA | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | LOCALIDADE | UNIDADE DE CUSTÓDIA E REINserÇÃO | Nº DE INTERNOS | JORNADA DE TRABALHO | PERÍODO DE TRABALHO |
| | | | | | REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA | | |
| PRODUÇÃO E FABRICAÇÃO DE BLOCOS - SEXTAVADOS | PRODUÇÃO E FABRICAÇÃO DE BLOCOS SEXTRAVADOS | R\$ 1.518,00 + R\$ 166,98 (Contribuição Previdenciária - INSS) – Segurado Facultativo + (Auxílio alimentação / SEAP) Total - R\$ 1.684,98 | CEMITERIOS DO MUNICIPIO DE BELÉM, SEDE DA SEZEL. (MUNICÍPIO DE BELÉM) | URRS - UNIDADE DE REISERÇÃO DE REGIME SEMI ABERTO DE SANTA IZABEL | 40 (QUARENTA) Fechado, Aberto e Semiaberto | 44 (quarenta e quatro) Horas Semanais e 220 (duzentos e vinte) Horas Mensais | 08/09/2025 A 08/09/2026 |

NOTAS EXPLICATIVAS:

- Base de Cálculo: Salário Mínimo Vigente (2025).
- Decreto Federal nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024.
- Contribuição Previdenciária (11% - INSS) – Segurado Facultativo - O recolhimento está previsto no artigo [11](#), [parágrafo 1º](#), inciso [XI](#), do [Regulamento da Previdência Social](#)
- **Fonte:** Lei Nº 9.078, de 16.06.2020. Dispõe sobre a execução de projetos para exercício de atividades laborais pelas pessoas privadas de liberdade e da respectiva remuneração e institui o Fundo de Trabalho Penitenciário.
- **Base de cálculo:** Contribuição Previdenciária (INSS) 11% - Segurado Facultativo.
- **Fonte:** Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999.

ANEXO – 02

Estimativa de Produção de Blocos Sextavados-Diário/Mensal/Anual

| PREVISÃO PARA A PRODUÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO 250X250X100 - BLOCOS SEXTAVADOS | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| PRODUÇÃO/ DIÁRIA | PRODUÇÃO/ MÊS | PRODUÇÃO/ ANUAL |
| 6.600 - BLOCOS | 171.600 - BLOCOS | 2.059.200,00 - BLOCOS |
| Referência 6 betoneiras | Referência - 26 dias | Referência 12 meses |

lote 6, no valor de R\$ 15.854,20 (quinze mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos) do certame, pelo critério de menor preço por lote, no valor total de R\$ 470.634,20 (quatrocentos e setenta mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte centavos).
VGC COMERCIO DE PECAS E MAQUINAS DE COSTURA LTDA, CNPJ 23.342.051/0001-05, vencedora do lote 5, no valor de R\$ 40.530,00 (quarenta mil, quinhentos e trinta reais), do certame, pelo critério de menor preço por lote, no valor total de R\$ 40.530,00 (quarenta mil, quinhentos e trinta reais).
Valor global total dos lotes 1, 2, 5 e 6, do Pregão Eletrônico nº 90029/2025/SEAP: R\$ 2.052.924,20 (dois milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte centavos).
Belém-PA, 05/09/2025.
MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 1241762

CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 04.2025
Data de Assinatura: 04/09/2025.
Vigência: 08/09/2025 a 08/09/2026.
Objeto do Convênio: O presente instrumento tem por objeto a concessão de mão de obra carcerária de 40 (quarenta) pessoas privadas de liberdades, custodiadas no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em cumprimento de regime fechado, semiaberto e aberto, sem prejuízo da progressão de regime, para exercerem atividades laborativas remuneradas na produção de blocos de concretos sextavados, os quais serão distribuídos e destinados pela Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana - SEZEL no município de Belém, conforme descrito plano de trabalho acordado entre as partes.
Valor: R\$ 808.790,40 (oitocentos e oito mil setecentos e noventa reais e quarenta centavos)
Partes:..
Conveniente: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.
Concedente: Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana-SEZEL.
Nome do Ordenador: Marco Antonio Sirotheau Corrêa Rodrigues.

Protocolo: 1242025

DIÁRIA

PORTARIA Nº: 05475/2025/DIÁRIAS/SAGA/SEAP/PA
O SECRETARIO ADJUNTO DE GESTAO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA nº 242/2024 GAB/SEAP/PA, de 30 de outubro de 2024, publicado no DOE nº 36.015, de 31/10/2024.
RESOLVE:
I - AUTORIZAR o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo para o município de TUCURUI/PA; no período de 17/09/2025 a 03/10/2025:

| SERVIDOR | CARGO | LOTAÇÃO | OBJETIVO |
|------------------------------------------------------|------------------|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| EVANDRO WENDELL ARAUJO FRANCA Matrícula: 54194928 | POLICIAL MILITAR | COPE | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos) - MILITAR |
| MARCIO DE SOUSA SILVA Matrícula: 4220385 | POLICIAL MILITAR | COPE | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos) - MILITAR |
| WANDERSON DA SILVA DIAS Matrícula: 6401890 | POLICIAL MILITAR | COPE | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos) - MILITAR |
| WANDERLEY SOARES BARBOSA Matrícula: 5699851 | POLICIAL MILITAR | COPE | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos) - MILITAR |

II - CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, 16 diária(s) e ½; no valor unitário de R\$ 247,07, na importância a ser paga de R\$ 4.076,66 à(o)s servidor(a)(es) que se deslocará(ão) conforme o item I.
O prazo para prestação de contas é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do retorno da viagem.
Ordenador: LUIZ ANDRÉ CONCEIÇÃO MAUÉS

Protocolo: 1242104

PORTARIA Nº: 05480/2025/DIÁRIAS/SAGA/SEAP/PA
O SECRETARIO ADJUNTO DE GESTAO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA nº 242/2024 GAB/SEAP/PA, de 30 de outubro de 2024, publicado no DOE nº 36.015, de 31/10/2024.
RESOLVE:
I - AUTORIZAR o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo para o município de BELÉM/PA; no período de 09/09/2025 a 12/09/2025:

| SERVIDOR | CARGO | LOTAÇÃO | OBJETIVO |
|------------------------------------------------|----------------------|---------------|-------------------------------------------------------|
| GEISON TEIXEIRA DA SILVA Matrícula: 5941857 | AGENTE PENITENCIÁRIO | CTrans MARABÁ | Condução de veículo para audiência ou sessão de júri. |

II - CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, 3 diária(s) e ½; no valor unitário de R\$ 247,07, na importância a ser paga de R\$ 864,75 à(o)s servidor(a)(es) que se deslocará(ão) conforme o item I.
O prazo para prestação de contas é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do retorno da viagem.
Ordenador: LUIZ ANDRÉ CONCEIÇÃO MAUÉS

Protocolo: 1242105

PORTARIA Nº: 05511/2025/DIÁRIAS/SAGA/SEAP/PA
O SECRETARIO ADJUNTO DE GESTAO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA nº 242/2024 GAB/SEAP/PA, de 30 de outubro de 2024, publicado no DOE nº 36.015, de 31/10/2024.
RESOLVE:
I - AUTORIZAR o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo para o município de VITÓRIA DO XINGU/PA; no período de 17/09/2025 a 03/10/2025:

| SERVIDOR | CARGO | LOTAÇÃO | OBJETIVO |
|---------------------------------------------------------|----------------|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| JERSON BAIA DE LIMA Matrícula: 5953898 | POLICIAL PENAL | GAP | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos). |
| CLAUDIO DO SOCORRO DA SILVA Matrícula: 57206559 | POLICIAL PENAL | GAP | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos). |
| HERLLON JEFFERSON SOUZA DE ARAUJO Matrícula: 5953945 | POLICIAL PENAL | GAP | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos). |
| ODILIO SILVA JUNIOR Matrícula: 5954239 | POLICIAL PENAL | GAP | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos). |
| CESAR VITAL MOREIRA Matrícula: 5954079 | POLICIAL PENAL | GAP | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos). |
| SHEYSSON COELHO NUNES Matrícula: 5950160 | POLICIAL PENAL | GAP | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos). |
| FRANCISCO DA CONCEICAO Matrícula: 5949633 | POLICIAL PENAL | GAP | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos). |
| LINDEMBERG BATISTA PEREIRA Matrícula: 5896801 | POLICIAL PENAL | GAP | Apoio e Manutenção da ordem e disciplina, bem como observância dos protocolos administrativos e operacionais (conforme Manual de Procedimentos). |

II - CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, 16 diária(s) e ½; no valor unitário de R\$ 247,07, na importância a ser paga de R\$ 4.076,66 à(o)s servidor(a)(es) que se deslocará(ão) conforme o item I.
O prazo para prestação de contas é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do retorno da viagem.
Ordenador: LUIZ ANDRÉ CONCEIÇÃO MAUÉS

Protocolo: 1242106

PORTARIA Nº: 04688/2025/DIÁRIAS/SAGA/SEAP/PA
O SECRETARIO ADJUNTO DE GESTAO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA nº 242/2024 GAB/SEAP/PA, de 30 de outubro de 2024, publicado no DOE nº 36.015, de 31/10/2024.
RESOLVE:
I - AUTORIZAR o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo para o município de PARAGOMINAS/PA; no período de 25/07/2025 a 25/07/2025: